



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA OCTAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
DO SEGUNDO PERÍODO DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No décimo nono dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém sob a presidência do vereador Mauro Freitas. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, declarou aberta a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, assumiu a palavra o vereador Toré Lima e disse ter ficado perplexo ao ver o vídeo, amplamente divulgado nas redes sociais, da jovem que teve seu filho na calçada do Hospital da Ordem Terceira após ter-lhe sido negado o atendimento, fato ocorrido em Belém no domingo anterior. Considerou sórdido as pessoas filmarem e divulgarem o fato, mas não ajudarem à parturiente. Agora, comentou, os meios de comunicação trazem matérias culpando o porteiro por ter negado o acesso da gestante ao hospital. Julgou que esse humilde trabalhador será usado como bode expiatório neste caso absurdo. Observou que um hospital particular conveniado com o Sistema Único de Saúde – SUS não pode negar atendimento, especulando que o porteiro cumpria ordens ao impedir o acesso e dizer à jovem senhora que não havia médicos e não havia leitos disponíveis para atendê-la. Avaliou que o hospital deve ser punido pelo que ocorreu, pedindo à Comissão de Saúde desta Casa que acompanhasse o caso e mantivesse informados os demais parlamentares. Criticou a apatia e imobilidade das comissões deste parlamento, expressando que foram constituídas, mas não fazem nada de forma eficaz. Hipotecou solidariedade ao vereador Altair Brandão por este ter sido ameaçado por representantes da empresa Belém Rio. Disse esperar que Altair Brandão se pronunciasse em plenário sobre esta agressão. Mencionou depois que 935 pessoas suspeitas de lavagem de dinheiro, desvio de dinheiro e outros crimes estão sendo beneficiadas pela decisão do ministro Dias Toffoli de suspender as investigações baseadas em dados do antigo Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, rebatizado Unidade de Inteligência Financeira – UIF pelo atual governo. Lembrou que esta decisão atendeu ao pedido do senador Flávio Bolsonaro e paralisou a investigação do Ministério Público do Rio de Janeiro sobre o congressista. Entretanto, pontuou, não vê os vereadores Sargento Silvano e Joaquim Campos, defensores de Jair Bolsonaro, falarem sobre isso, ficarem indignados com essa decisão que beneficia o filho do presidente da República. Comentou que o pau que está dando em Chico, para os referidos parlamentares, não dá em Francisco. Esclareceu não ter discordado de Joaquim Campos e Sargento Silvano quando estes criticaram a decisão do Supremo Tribunal Federal de considerar ilegal a prisão após condenação em 2ª instância dizendo que isso beneficiaria muitos criminosos, mas chamou a atenção para a incoerência de não criticarem também a decisão que beneficiou Flávio Bolsonaro. Em aparte, manifestou-se o vereador Sargento Silvano. Joaquim Campos reportou-se também ao lamentável caso da senhora que teve seu bebê na calçada do Hospital da Ordem Terceira. Disse também ter ouvido o comentário de que o porteiro é agora o grande culpado, comentando ser comum no país buscarem culpados enquanto se evita crucificar os verdadeiros criminosos. Afirmou que o ministro Dias Toffoli pediu informações ao COAF para proteger uma casta de corruptos, fazendo jus à existência do STF, que foi criado para isso. Referiu ter sido citado por não ficar chateado pelo fato de o filho do presidente Jair Bolsonaro estar envolvido em “rachadinha” no Rio de Janeiro. Externou ter visto muita coisa de causar perplexidade na Cinelândia, no Rio de Janeiro: viu um imbecil colocar uma placa homenageando uma vereadora envolvida com traficantes de entorpecentes, leu em publicação da Globo que Nelson Mota, pessoa conhecidíssima do mundo da arte, fuma maconha todos os dias há 50 anos, tendo ajudado muito a alimentar a criminalidade do Rio de Janeiro, que é sua terra natal, mas não vale nada. Em relação a Flávio Bolsonaro, continuou, se estiver envolvido em “rachadinha” que vá preso. Desafiou, porém, algum vereador a vir à tribuna chamar Jair Bolsonaro de ladrão e corrupto. Disse que Lula é ladrão e corrupto e que no PSOL só há vagabundos, canalhas e ladrões, Comparou-os a ratos que fogem do navio naufragando, pois fugiram do PT quando viram que o partido não valia nada. Agora, ironizou, o preço dos ovos aumentará porque em todo lugar que Lula vai

recebe ovos, mas Bolsonaro criará a Bolsa Ovo. Disse que comprará em uma granja, em uma caminhonete, uma grande quantidade de ovos para servir de munição quando o ladrão corrupto vier a Belém acompanhado da narizinho vagabunda. Contou declarar seu apoio a Bolsonaro todos os dias na emissora em que trabalha. Narrou que seu filho, para defender uma namoradinha, assumiu ter atropelado um carro de bebidas e, no mesmo momento, na mídia, colocaram sua foto junto à dele. Foi denunciado, embora estivesse em Belém, na Unimed, fazendo um tratamento para pressão. Apanhou então uma pistola Ponto 40 e rumou para Salinas. Obteve outra pistola com um amigo e seguiu, com dois carregadores. Justificou ter feito isso por saber que não haveria audiência de custódia para seu filho, seria mandado para a penitenciária. Foi para lá como pai porque sabia do que estava acontecendo. Expressou que o prefeito vagabundo de Salinas começou então fazer postagens, tachando a ele e a seu filho como bandidos. Afirmou que a Justiça da cidade, mancomunada com o prefeito, encaminhou seu filho para a penitenciária. Ficou então na porta da penitenciária esperando-o chegar e avisou aos agentes da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará - Susipe para não interromperem, pois morreria junto com seu filho. Explicou ter ido lá como pai porque a cadeia gritava pedindo o nome do seu filho. Avisou então ter trinta munições e mais dois carregadores de reserva e que cometeria uma chacina na penitenciária porque sabia que matariam a si e ao seu filho. Declarou que, naquele momento, lamentava apenas não ter matado antes um bocado de gente do PSOL fora da cadeia, mas mataria a massa de manobra do PSOL e do PT lá dentro. Pediu então ao vereador Toré Lima que quando fosse se referir ao presidente o chamasse Jair Messias Bolsonaro, desafiando-o a dizer que Bolsonaro é ladrão, corrupto e chefe de quadrilha como Lula. Esclareceu que seu filho assumiu a culpa pelo acidente, protegendo a moça que realmente dirigia o carro, pois esta é modelo e perderia os cachês que recebe fazendo comerciais. Garantiu que seu filho agiu como homem, conforme o ensinara. Ensinou-o tão bem, prosseguiu, que ele acabara de alistar-se na Legião Estrangeira e estava viajando a Paris para servir à França. Externou que Lula nunca trabalhou, acusando-o de ter propositalmente cortado o dedo para se tornar o vagabundo-mor da nação. Confessou ter acreditado inicialmente em Lula, assim como também acreditou em Lech Walesa, mas foi tudo um ledo engano: todos viraram ladrões. Comparou que Lech Walesa nunca mais voltou ao poder, mas aqui, talvez por sermos terceiro mundo, continuamos perpetuando e preservando a imagem dos bandidos. Reafirmou que o STF só serve para legislar em causa própria e defender canalhas e corruptos que estão em Brasília. Opinou que Bolsonaro agora tenta acabar com a mamata e a roubalheira do DPVAT, mas os líderes dos partidos em Brasília já querem derrubar o decreto presidencial porque desejam continuar roubando. Anunciou que o novo partido de Bolsonaro chamar-se-á Aliança pelo Brasil. Sargento Silvano tratou do novo concurso público para a Polícia Militar do Estado do Pará - PMPA, informando que serão abertas sete mil vagas. Manifestou porém não concordar com o projeto de lei da PMPA, ora em trâmite na Assembleia Legislativa do Estado do Pará - Alepa, estabelecendo que somente bacharéis em Direito ingressem no oficialato da corporação. Apontou haver hoje no quadro da PMPA muitos oficiais com outra formação, inclusive apenas com o Ensino Médio. Frisou ser necessário dar oportunidade para a tropa, estabelecendo que 80% dos soldados que a compõem atualmente têm curso superior em áreas diversas como Geografia, História, Educação Física e Biologia, querem chegar ao oficialato e têm capacidade para isso. Pontificou que a sociedade precisa de homens e mulheres que queiram tornar-se policiais por vocação e amor à profissão. Pediu aos deputados estaduais que não aprovelem este projeto da PMPA, especificamente aos deputados Gustavo Sefer e Ângelo Ferrari. Pediu que olhassem para esses homens e mulheres que estão estudando e desejam ser oficiais da PMPA. Reportou-se depois ao caso da jovem que teve o filho na calçada do Hospital da Ordem Terceira. Contou ter estado no local do acontecimento, julgando ter sido um desrespeito à vida a mãe ter o filho na porta do hospital por lhe ter sido negada a entrada. Afirmou que o porteiro negou a entrada por ter recebido ordem nesse sentido e todos devem ser responsabilizados pelo que ocorreu. Perguntou então onde estaria o pessoal da esquerda, as pessoas que defendem os direitos humanos, pois este seria o momento em que deveriam fazer manifestações, colocar um carro som e fechar a rua. Criticou o Ministério Público do Estado do Pará - MPPA por não se posicionar a respeito, observando que o prefeito Zenaldo Coutinho e o governador Hélder Barbalho não têm responsabilidade neste caso: quem deve ser responsabilizada é a direção do hospital. Voltou a dizer que a esquerda e os defensores dos direitos humanos estão calados, lucubrando, porém, que se houvesse envolvimento da Polícia Militar estariam alvoroçados, mas não o fazem ao se tratar de uma senhora porque isso não daria destaque na mídia. Deixou registrada sua indignação com o ocorrido. Afiançou que o presidente Jair Bolsonaro tem lutado por uma país melhor, comentando que ele não é chamado de ladrão como Lula, que por onde passa recebe ovo e pedrada. Classificou Lula como um chefe de quadrilha, garantindo que atirárá ovos nele quando vier a Belém. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do bloco MDB - PHS, Pablo Farah comemorou a redução dos juros de empréstimos do Banco do Estado do Pará - Banpará para Banpará Card e consignados. Disse ser

necessário parabenizar as iniciativas que beneficiam o trabalhador. Reportou ter participado, no dia anterior, da primeira reunião envolvendo as categorias de servidores estaduais e o governo do Pará para debater a reforma da Previdência em nível estadual. Ressaltou como positiva a iniciativa do governo estadual de criar uma linha habitacional, através do Banpará, para os agentes de segurança pública, contemplando inicialmente os policiais, para que estes possam sair da situação de vulnerabilidade, deixando de morar em áreas perigosas, ao lado de traficantes. Externou ser uma reivindicação antiga que está se tornando realidade. Havendo policiais que não possuem mais margem para descontos em seus rendimentos, conversou com o presidente do Banpará, senhor Brasilino Assunção, para que se amplie a margem de financiamento e o valor correspondente às prestações do imóvel seja descontado do rendimento deste servidor. Comentou que hoje o funcionário público parece ser visto como vilão pelos governos, em todos os níveis, sendo culpado por todas as mazelas e agruras e pela falta de recursos para investimentos. Fez notar que os servidores públicos não têm aviso prévio, não têm FGTS, não têm hora extra e vários outros direitos que os trabalhadores de carteira assinada têm. Reportou o caso de um amigo seu que se aposentou em atividade de risco após ter trabalhado por quinze anos na Rede Celpa recebendo um milhão de reais correspondentes aos seus direitos trabalhistas. Comparou que um servidor público ao se aposentar nada recebe, apenas o seu salário. Ressalvou ser necessário valorizar o bom servidor, mas quem não quer trabalhar não merece estar no serviço público e deve realmente ser processado e demitido. Pela bancada do Republicanos, Wilson Neto referiu-se também ao caso da moça que teve seu filho na calçada do Hospital da Ordem Terceira. Relatou que esta jovem dirigia-se à Santa Casa de Misericórdia, mas, sentindo muitas dores, não conseguiu chegar ao hospital de referência. Pediu então socorro e isso lhe foi negado. Além da cena estarrecedora da moça dar à luz seu bebê na calçada, considerou desumano também o fato de haver pessoas filmando e nada fazendo para ajudá-la. Julgou que os valores estão muito invertidos em nossos dias, sendo necessário que a sociedade reflita sobre o caso. Expressou, como advogado, que o fato deve ser apurado do início até o fim para que se estabeleçam as responsabilidades, não sendo justo culpar apenas o porteiro. Notificou que a Prefeitura de Belém tem um convênio com o hospital, que é particular, atendendo através do Sistema Único de Saúde – SUS. Noticiou que, no dia anterior, o secretário de saúde de Belém, senhor Sérgio Amorim, determinara uma auditoria, nos termos que o convênio prevê, para que fossem apuradas as responsabilidades no caso. Destacou o esforço incansável que a PMB tem feito para melhorar a Saúde em nosso município, apesar de ainda haver muito a ser feito. Avaliou que seria uma injustiça muito grande negar o trabalho desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde - Sesma e pela equipe do prefeito Zenaldo Coutinho, observando que há Unidades de Pronto Atendimento e o HPSM Mário Pinotti funcionando, o HPSM Humberto Maradei Pereira está a ponto de ser entregue, assim como outras obras no setor da Saúde. Expressou seu repúdio e indignação à conduta desumana de quem apenas filmou o acontecimento e, principalmente, de quem se negou a prestar socorro. O que importa agora, continuou, é que tanto a mãe quanto o bebê estão bem, estão acompanhados, medicados, brevemente terão alta e, com a graça de Deus, a criança crescerá saudável e em paz. Pela liderança do bloco PSD – PTC, Sargento Silvano comentou sobre o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu 192 em Belém. Apontou que o serviço tem um protocolo, sendo que um médico avalia a situação por telefone. Contou que um senhor – no Bairro da Marambaia, na Alameda Água Cristal - sofrendo com vários tipos de enfermidade, estava jogado uma rede. Solicitou-se então uma ambulância para atendê-lo, mas o pedido foi negado. Citou outro caso no Bairro do Bengui em que uma senhora, após ter um filho, sofreu inflamação da operação, com rompimento dos pontos. Como estava no segundo andar, não podia descer e precisava de uma maca. Ligou-se para o 192, mas não foi feito o atendimento. Mencionou ainda outro caso no Bairro do Barreiro em que o mesmo aconteceu. Em todas estas situações e em muitas outras, comunicou, acionado pelas pessoas, providenciou o resgate. Chamou a atenção da Sesma para esses fatos, denunciando que os atendentes tratam com grosseria os que ligam solicitando socorro. Ponderou ser necessário preparar melhor os funcionários que fazem o atendimento. Afirmou que os médicos que fazem a avaliação precisam ouvir a comunidade, pois há muita gente que não tem dinheiro para pagar o transporte ou é necessária uma maca para fazê-lo. Estipulou ser necessário convocar a direção do Samu a esta Casa para inquirir sobre o protocolo utilizado, buscando melhorar o atendimento. Atestou que o atendimento municipal em Saúde é bom, mas o serviço prestado pelo Samu não o é, sendo necessário reformular o protocolo de atendimento. Anunciou que solicitaria uma sessão especial para tratar do problema, convidando a direção do Samu a dela participar. Pela liderança do PSOL, Enfermeira Nazaré Lima tratou também do caso da senhora que teve seu bebê na calçada. Lamentou ainda haver grande dificuldade em nossa cidade para se conseguir vaga em uma maternidade. Indicou que a Portaria 1459/2011 do Ministério da Saúde estabelece o vínculo do pré-natal com a maternidade: uma mulher ao iniciar o tratamento pré-natal já tem uma data provável de parto estabelecida e a maternidade onde deve parir. Observou que em outros municípios isto já acontece, mas não ocorre em Belém. Assim, as

J. F. ...

mulheres precisam fazer uma peregrinação para encontrar uma maternidade ou hospital onde possam ter seus filhos. Acrescentou que a Portaria 1459 determina que haja uma ambulância na porta do hospital para levar a parturiente à outra unidade de saúde se não houver leitos disponíveis. Apontou que este episódio deve levar a uma mudança na forma de nascer em Belém, sugerindo a criação de um protocolo de acolhimento, uma avaliação de risco em cada caso, pois não se pode delegar a um porteiro a incumbência de decidir se a mulher deve ou não adentrar a maternidade. Acrescentou que esta avaliação deve ser feita por profissionais. Chamou a atenção para a responsabilidade desta Casa quanto ao tema, lembrando ter dado entrada, no mês de abril anterior, em dois projetos, que foram rejeitados. Inteirou que um deles discute as boas práticas para o parto, contra a violência obstétrica. O outro, prosseguiu, estabelecia uma casa de parto normal em nosso município, tal como a que já existe em Castanhal, mas sequer passou na Comissão de Justiça, Legislação e Redação de Leis. Pela liderança da Oposição, Fernando Carneiro observou inexistir um hospital municipal especializado em obstetria: os hospitais com esta especialidade são conveniados à Sesma. Tratando-se do padrão portas abertas, qualquer pessoa deve ser atendida, mas não foi o que aconteceu no caso da senhora que teve o filho na calçada. Julgou que seria muito triste se a responsabilidade sobre o não atendimento recaísse sobre o porteiro do hospital. Inteirou que um dos proprietários do Hospital da Ordem Terceira é o responsável no município pela fiscalização garantindo que os hospitais conveniados atendam a população. Questionou como essa pessoa poderá cobrar dos outros que o façam se esse atendimento não ocorre no hospital de sua propriedade. Expôs ser necessário verificar as responsabilidades no caso: a orientação dada ao porteiro, o motivo para que o hospital estivesse de portas fechadas durante a madrugada, a falta de fiscalização da Sesma. Atestou ser muito fácil um vereador subir à tribuna e culpar o PSOL pelo ocorrido, mas o partido não administra a cidade ainda. Agora, prosseguiu, a Prefeitura de Belém esconde-se atrás do porteiro, considerando isso uma vergonha porque o Hospital da Ordem Terceira é conveniado e recebe recurso público para atender grávidas como aquela jovem senhora. Discorreu que esse caso obteve visibilidade porque alguém filmou, mas há outros que não são filmados, configurando um tipo de violência que ocorre na porta e dentro dos hospitais. Avisou que apresentaria e gostaria de colocar em votação nesta Casa, no início do ano seguinte, um projeto proibindo a violência obstétrica. Discriminou haver vários graus desta: desde deixar a mulher chorando, até dizer a ela que não pode ter um parto normal – como ocorreu no caso da jovem senhora, que seria submetida a uma cesariana com laqueadura, embora tenha apenas vinte e um anos, o que é proibido. Questionou então o motivo de essa moça não poder ter um parto normal. Quando uma mulher grita de dor durante o parto, ilustrou, as enfermeiras e muitos médicos dizem “Não grita! Na hora de fazer você não gritou”. Apontou ser esse um exemplo de violência obstétrica. Aduziu ocorrerem cotidianamente em nossos hospitais manobras proibidas, utilizadas para apressar o parto. Externou ser necessário ampliar a discussão sobre a violência obstétrica e por isso apresentará este projeto, mesmo que ele seja rejeitado, porque o nível de violência é muito alto em um momento em que a pessoa está fragilizada. Testificou não ser normal o parto através de uma cesariana: o normal é o parto natural, feito de forma humanizada. Evidentemente, reconheceu, em algumas situações torna-se forçoso realizar a cesariana e isso é indiscutível. Denunciou, porém, que no Brasil, país campeão em operações cesarianas no mundo, os médicos marcam operações desse tipo porque assim podem fazer três, quatro partos em um só dia - enquanto um parto natural leva oito, dez, doze, vinte e quatro horas - tratando-se portanto de uma motivação econômica. Reiterou que devem ser responsabilizados todos os envolvidos no caso e não apenas o porteiro. Tratou depois do asfaltamento na cidade em véspera de eleição. Julgou desnecessário asfaltar novamente a Avenida Almirante Barroso, ao custo de 13 milhões de reais. Alertou haver inúmeras outras ruas em bairros diversos precisando de asfaltamento. Perguntou-se qual seria o intuito de asfaltar novamente vias que não precisam de asfalto e já tem a drenagem pronta. Notificou já ter enviado à Secretaria Municipal de Saneamento – Sesan um ofício solicitando explicações, esperando que fosse respondido. Pela liderança do bloco DC – Avante – Podemos, Dr. Elenilson também se referiu ao caso da senhora que teve o filho na calçada do Hospital da Ordem Terceira. Lembrou ser o acesso à saúde um direito fundamental, do qual o caso configura um flagrante desrespeito. Ponderou que o porteiro não deveria proibir a entrada, mas se o fez, cumpriu ordens. Externou haver em qualquer hospital onde funcione o serviço de urgência a triagem e a humanização: dependendo da gravidade do caso, os pacientes são encaminhados para salas específicas. Deveria então haver uma equipe para receber a gestante e fazer a avaliação. Se não houvesse condição de realizar um parto de alto risco, a gestante deveria ser encaminhada à Santa Casa de Misericórdia, que é o hospital de referência estadual. Parabenizou a Sesma por ter aberto um inquérito para verificar o que realmente aconteceu. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente Mauro Freitas solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Não havendo quórum, aguardaram-se os dez minutos previstos regimentalmente. Após este prazo, fez-se nova verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foi feita então a

leitura da matéria constante na pauta desta parte e o vereador Fernando Carneiro pediu Questão de Ordem solicitando a dispensa de leitura e interstício dos projetos correspondentes, o que foi aprovado pela plenária. Retomou-se então a votação do requerimento da vereadora Simone Kahwage solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no dia 11 /11/ 2019, no jornal O Liberal, intitulada "Governo promete quatro milhões de empregos", sendo este aprovado por maioria. Justificaram seus votos os vereadores Fernando Carneiro e Rildo Pessoa. Passou-se depois à leitura e votação do requerimento do vereador Mauro Freitas solicitando a realização de uma sessão especial para comemorar os 25 anos da Academia Paraense de Jornalismo, sendo este aprovado por unanimidade. Fez-se posteriormente a leitura do requerimento do vereador Sargento Silvano solicitando que esta Casa emita Nota de Repúdio à empresa Belém Rio e seus sócios pela ameaça de morte feita ao vereador de Belém Altair Brandão. Fizeram encaminhamentos os vereadores Fernando Carneiro, Amaury da APPD, Sargento Silvano, Marciel Manão, Toré Lima e Mauro Freitas (este pediu votação nominal, recebeu apertes dos vereadores Rildo Pessoa e Joaquim Campos, tendo assumido a presidência da sessão, neste íterim, o vereador Igor Andrade), ficando o requerimento em votação. Reassumiu em seguida a presidência da Mesa o vereador Mauro Freitas e o vereador Sargento Silvano retirou o requerimento. Finda a Primeira Parte da Ordem do Dia, foi feita a verificação de presença. Não havendo quórum, o presidente Mauro Freitas encerrou a sessão às dez horas e cinquenta e cinco minutos. Estavam licenciadas as vereadoras Blenda Quaresma e Simone Kahwage. Justificaram suas ausências os vereadores Bieco, John Wayne e Moa Moraes. Estiveram presentes os vereadores: Dr. Elenilson, Rildo Pessoa, Professor Elias e Mauro Freitas, pelo bloco DC – Avante – Podemos; Fabrício Gama, Zeca Pirão e Marciel Manão, pelo bloco PMN – Solidariedade – Patriota - PR; Professora Nilda Paula e Sargento Silvano, pelo bloco PSD - PTC; Dinelly, pelo bloco PSC – PPS; Altair Brandão e Amaury da APPD, pelo bloco PT – PC do B; Joaquim Campos e Pablo Farah, pelo bloco MDB – PHS; Igor Andrade, pela bancada do PSB; Nehemias Valentim e Paulo Queiroz, pela bancada do PSDB; Dr. Chiquinho, Fernando Carneiro e Enfermeira Nazaré Lima, pela bancada do PSOL; Toré Lima e Wilson Neto, pela bancada do Republicanos; Neném Albuquerque, pelo PSL. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 19 de novembro de 2019.


1º Secretário


Presidente


2º Secretário

...

